

Educação Inclusiva

REVISTA DA PRÓ-INCLUSÃO: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
PUBLICAÇÃO SEMESTRAL • VOLUME 14 • N.º 1 E 2 • 2023
PREÇO 8,50€ • ISSN 1647-6735



ENTREVISTAS

Lani Florian

Ana Maria Serrano

DOSSIER TEMÁTICO

Percursos de Educação
Inclusiva - um guia para
a reflexão das Escolas



Inclusão: a pergunta que falta fazer



DAVID RODRIGUES

Professor Catedrático aposentado da Universidade de Lisboa. Professor convidado em Universidades portuguesas e estrangeiras.

Trabalhou em projetos internacionais para a UNESCO, UNICEF e Humanité & Inclusion sobre temáticas de Direitos Humanos e Inclusão Social e Educativa.

Fundador da Pró-Inclusão, ANDEE.

Conselheiro Nacional da Educação.

Diretor da Revista Educação Inclusiva.

A criação de serviços sociais “para todos” sempre originou enormes polémicas e enfrentou dificuldades. O termo “público” ou “para todos” (que em latim se diz “omnibus” - palavra de onde derivou a palavra “ônibus” - transportes para todos - e a sua abreviatura “bus”) sempre levantou questões ou por os recursos não serem bastantes para todos que deles precisam ou até por ser questionada a sua justiça. Sobre a primeira questão vale a pena conhecer as constantes polémicas em todo o mundo relativas à insuficiência dos sistemas nacionais de saúde, dos programas nacionais de habitação, dos subsídios sociais e, obviamente, sobre os Sistemas Nacionais de Educação. Sobre a segunda questão, há quem questione a justiça de haver serviços públicos, universais e gratuitos defendendo que estes serviços beneficiam injustamente pessoas para quais não contribuíram. Para quem assim pensa, os Direitos Humanos (e os serviços públicos que os procuram prover) não são direitos universais, são na verdade, uma troca, uma compensação, uma retribuição, para quem “se porta bem”.

Quando o Estado português assumiu que todas as escolas deveriam ser inclusivas, esta decisão – inovadora e precursora a nível mundial – suscitou perplexidades. E as perguntas surgiram. Entre elas:

- a. Existem recursos para isso?
- b. A Inclusão generalizada não vai prejudicar a escola?
- c. As escolas estão preparadas para ser inclusivas?

Vamos abordar brevemente cada uma destas questões

Há recursos para a inclusão?

A resposta parece óbvia. Não! Tornar todas

as escolas recetivas a todos os alunos é um objetivo muito ambicioso e que exige recursos que transcendem muito o que as escolas habitualmente dispõem, em Portugal e em qualquer parte do mundo. Então, que fazer? Adiar a Inclusão? (Houve opiniões – até um pouco humorísticas - que defendiam que primeiro se arranjavam os recursos e se equipavam as escolas e só depois se promovia a Inclusão – como se os recursos pudessem chegar às escolas em nome de alunos que nem sequer lá estavam). Que fazer então face à insuficiência de recursos? Talvez uma atuação em 3 direções:

Antes de mais continuar a reivindicar mais recursos justificando a sua imprescindibilidade e ligação à melhoria da oferta educativa. A perceção de que se tem recursos suficientes, é de grande importância para que as escolas tenham confiança e disponham dos meios para atalhar as dificuldades que se lhes deparam. Certamente que uma escola que atende uma população mais diversificada precisa de mais e melhores recursos (por exemplo, os 8300 professores de EE são considerados insuficientes bem como os meios disponibilizados pelos Centros de Recursos para a Inclusão).

Em segundo lugar, precisamos de discutir o que são recursos inclusivos. Não raro, os recursos que são identificados com estando em falta referem-se a meios que não convergem para a inclusão (vista como a participação, a interação e a aprendizagem) dos alunos com dificuldades em espaços comuns. Há, por vezes, recursos que, ainda que atuem no desenvolvimento de competências dos alunos, têm uma ligação pouco clara com a intervenção educativa da escola. Por vezes, é difícil entender a articulação de recursos terapêuticos no espaço educacio-

“A Inclusão não é o problema: a Inclusão é a resposta da Educação aos problemas sociais causados pela desigualdade e pela exclusão. Não se deve confundir o remédio com a doença.”

nal. Por exemplo, identifica-se que a criança pode ter necessidade de fisioterapia, mas essa necessidade pode ter pouco impacto nos objetivos que a escola considera prioritários para o aluno. Assim, precisamos de discutir não só a necessidade de “mais recursos”, mas também de dispor de mais recursos inclusivos, isto é, recursos que se articulem com a aprendizagem, a participação e o bem-estar da criança ou do jovem no espaço escolar e em estreita ligação com os projetos da escola.

Em terceiro lugar, é útil diferenciar o que é um dispositivo e um recurso. Quando um professor ou um conjunto de professores, decide fazer modificações no seu processo de ensino ou de interação com um estudante ou com um grupo de estudantes, está a usar um dispositivo (isto é, uma forma personalizada de colocar em ação situações de aprendizagem ou de participação). O uso destas formas personalizadas de interação está nas possibilidades e no reportório do conhecimento profissional do professor. E isto é tão verdade que encontramos, nas escolas portuguesas, cerca de 90% de alunos que são abrangidos pelas “medidas universais”, isto é, aquelas que podem ser respondidas através de dispositivos empregues por professores comuns. O “recurso” tem uma conotação diferente: tem a ver com alguma competência ou serviço suplementar que não exista no reportório dos dispositivos que os professores conhecem e que é ne-

cessário para a qualidade de aprendizagem do aluno.

Concluindo esta questão dos recursos, na verdade, se optássemos por um modelo que não fosse o da inclusão, não haveria falta de recursos. Imaginem por exemplo que temos 100 escolas especiais em Portugal onde se concentrariam todos os recursos que hoje estão distribuídos por mais de 5000 escolas. Aqui não haveria certamente falta de recursos. Mas a opção foi e é a de tornar a inclusão um valor presente em todas as escolas e isso tem obviamente custos. E, inevitavelmente, vantagens!

A segunda questão é “A Inclusão não vai prejudicar a escola?”. A pergunta imediata é “Prejudicar em quê?”. E logo surgem as respostas: talvez prejudicar o “nível” da escola. As críticas que referem que a Inclusão afeta o nível da escola mereceriam ser discutidas com mais tempo. Mas os resultados positivos que Portugal tem tido em testes internacionais (nomeadamente o PISA), enquanto envereda por uma política de educação inclusiva das mais afirmativas da OCDE, mostra que a Inclusão não pode ser responsável por “baixar” o nível da escola. Talvez seja até responsável pelo contrário. Por vezes, ouve-se que a Inclusão implica “facilitismo” e que este “facilitismo” faria baixar o nível de exigência da escola. Esta é uma acusação séria à ética profissional dos professores que deveria ser liminarmente recusada. Não havendo evidência de que as autoridades

educativas recomendam facilitismo, este só podia ser fruto de uma opção pouco ética dos docentes. E não é! Considerar que os professores, que são os maiores interessados na qualidade da escola, são “facilitistas”, é ofensivo.

Será que a inclusão prejudica os alunos? Os dados de que dispomos mostram que Portugal, ao mesmo tempo que desenvolveu programas de Educação Inclusiva, fez um caminho muito positivo em termos de permitir que mais alunos terminassem o seu percurso com muito menos reprovagens que antes. Existe, igualmente, uma baixa significativa na percentagem de alunos que abandonam a escola sem terminar a escolaridade obrigatória – o abandono escolar. Estes dados parecem indicar que existe e tem existido uma melhoria da pedagogia, uma melhoria do trabalho das escolas e dos professores para que estes índices de sucesso tenham melhorado e de que foram obviamente os alunos os maiores beneficiários.

Será que a Inclusão prejudica os alunos com dificuldades? Será que eles estariam melhores em “escolas especiais” em que se relacionassem com pessoas com as mesmas dificuldades e em que usufruíssem de um currículo “feito à medida” para as suas dificuldades? Não parece! A procura da homogeneidade (mesmo ao nível de certos tipos de condições) é um erro num tempo em que o desafio que temos pela frente é o de entender e responder à diversidade. Procurar

responder à diversidade com homogeneidade é não entender a riqueza da diversidade e a pobreza da homogeneidade. Pensar que alguém aprende melhor se estiver com pessoas que têm dificuldades semelhantes pode talvez até ser confortável para o ensino, mas não temos qualquer evidência que seja melhor para a aprendizagem. O ambiente em que se é educado é, também, ele mesmo, educativo (o conceito de “enabling environment”). Entender a importância da relação, da diversidade humana e de participar em ambientes diversos é fundamental para entender a relevância e a mais-valia dos ambientes inclusivos. Não deixa de ser também muito importante que esta experiência de relação de troca e de aprendizagem com outros se passe numa fase precoce da vida humana. Estas experiências precoces, como temos aprendido pelos estudos sobre a infância, ficam gravadas com uma relevância perene para toda a vida.

Será que a Inclusão prejudica os professores? Muitos professoras dizem que sim. Que a maior diversidade na sala de aula dificulta o seu trabalho. É uma opinião que é preciso levar a sério. Muitos professores sentiam-se

competentes (e eram, efetivamente) com um currículo mais estruturado e com um modelo de ensino e de avaliação mais tradicional. A abertura da escola a alunos com uma diversidade maior de competências e de necessidades criou a premência de encontrar respostas que muitas vezes os professores têm dificuldade em dar. A formação em serviço pode ser uma ajuda, mas talvez a grande ajuda seja dada por um ambiente de cooperação, de entreaajuda, de colaboração entre os docentes e que pode contribuir para fazer o que Mel Ainscow chamou “a mudança inclusiva”. Precisamos de entender que, muitas vezes, os professores sentem grandes dificuldades em adotar novas perspetivas para o seu trabalho porque não sentem apoio por parte da sua escola, dos seus colegas ou outros para arriscarem mudanças sempre difíceis e incertas. Existem certamente muitos milhares de professores que têm vindo a mudar em direção a uma educação inclusiva e estes professores são importantíssimos para fomentar a evolução inclusiva da escola e dos seus colegas. O ambiente do agrupamento e da escola onde trabalham é determinante para a confiança

que cada professor ou grupo de professores dispõe para “correr riscos” e trilhar caminhos menos tradicionais e que podem ser mais proveitosos para ir ao encontro de realidades, também elas, pouco tradicionais.

As escolas estão preparadas para a Inclusão?

A resposta seria: “talvez não”. Mas o certo é que “umas estão mais preparadas que outras”. Existem já muitas escolas em Portugal onde se diz que a inclusão não é “o” problema principal da escola, que os problemas são de outra ordem, como por exemplo, a motivação dos alunos, as possibilidades de eles se interessarem pelo currículo, as dificuldades comportamentais, de atenção, na transição digital, etc. É curioso pensar que, com a mesma legislação (neste caso os decretos-lei números 54 e 55, de 2018) há escolas para quem a legislação funcionou e outras que continuam a ter muitas dúvidas e dificuldades. Mas é preciso dizer que nenhuma escola está, na verdade, pronta “a priori” para a inclusão. O processo de Inclusão é um processo complexo, sem “road map” e sempre inacabado. É muito difícil criar am-



bientes inclusivos quando as sociedades e, muitas vezes, até as famílias, estão imbuídas de valores de competição, de meritocracia e de singrar na vida mesmo que se tenha de deixar os outros para trás. Estes valores não são exclusivos dos alunos, perpassando muitas vezes toda a escola incluindo professores, famílias, técnicos, etc. Felizmente, creio que são valores em recessão.

Uma questão que importa também pensar é o que entendemos por “preparada”. Não é raro encontrarmos em relação à educação de alunos com dificuldades uma “sobre exigência”, em que nada se aceita a não ser o que se considera “perfeito”. Claro que todos queremos que os processos decorram o melhor possível e próximos da perfeição. Mas pensar que a inclusão não funciona ou é um embuste porque falta, por exemplo, uma aula de apoio ou horário de uma terapia, é pensar que a Inclusão está acima das instituições humanas e tem de ser perfeita sempre e para todos. Por vezes, parece até que, conceber a Inclusão como tendo de ser “perfeita”, é uma estratégia para lhe estar permanentemente a encontrar defeitos e insuficiências e, capciosamente dizer que ela é impossível. (Na verdade, impossível mesmo, é ver sistemas de serviços públicos a funcionar sempre, sempre bem e para todos, sem exceção, não só em Portugal, mas em todo o mundo.).

Mas o título deste artigo é a pergunta que falta fazer. Tratamos aqui – muito brevemente – de perguntas que são sistematicamente ouvidas e feitas. Mas talvez, (e é esta a finalidade última deste artigo) as perguntas que devam ser feitas não sejam se a Inclusão prejudica, se há recursos e se as escolas estão preparadas.

A questão fundamental é, na minha perspectiva, “Porque precisamos de Educação Inclusiva”? Se não tivermos uma ideia clara sobre a necessidade, a premência, a justiça que a Educação Inclusiva implica, podemos fazer todos os cursos que quisermos, dispormos de todos os recursos que sejam necessários, ter possibilidade de dispor de todo o apoio necessário, mas no fim, vamos achar que tudo é insuficiente, que tudo falta para que a Educação Inclusiva chegue à escola. E a pergunta permanece: “Porque precisamos de

Inclusão?”. Qual é a premência, a urgência, a importância que damos a que as crianças e os jovens sejam educados em ambientes de equidade, de relação e de diversidade? Da resposta que se dá a esta questão, origina-se uma atitude ética e profissional. Quem achar que a inclusão é mesmo necessária e inegociável, quem achar que precisamos inexoravelmente de Inclusão - mesmo que para ela não tenha disponíveis todos os meios que pensamos seriam essenciais - vai certamente aproveitar, reconfigurar, mobilizar os meios, os recursos, as possibilidades e os saberes que tem disponíveis para cumprir aquilo em que verdadeiramente acredita que é o seu trabalho essencial.

Muitas vezes é dito que “o professor é o maior recurso da Inclusão”. E é! Se... estiver convencido de que a inclusão se fundamenta num imperativo ético, em valores de respeito pela diversidade, de valorização da Educação com um bem comum. Talvez às vezes se ande à procura do que “falta”, do que “não está claro” (existem até pesquisadores de virgulas na legislação), quando o que não está claro para essas pessoas é se a inclusão é mesmo essencial para a Educação. Se é essencial num mundo controverso, num mundo desigual, conflitual, em guerra, com gritantes injustiças. Os “investigadores das insuficiências” semeiam e alimentam a ideia de que a Inclusão não funciona, que está cheia de contradições e erros, ainda que depois - e até um pouco hipocritamente - batam no peito defendendo uma inclusão “a sério”, isto é, aquela que não existe.

São estas, pois, as perguntas às quais nos falta responder: Temos a certeza de que a Educação Inclusiva é mesmo essencial? Que ela é parte integrante da melhoria que precisamos (e de que queremos fazer parte) para desafiar as injustiças e as desigualdades? Será que se fizermos o melhor que sabemos e somos capazes, com os recursos que dispomos e com aqueles que conseguimos mobilizar, isso vai ser positivo para os direitos, para a dignidade e para a educação de qualidade das crianças e dos jovens?

Se não entendermos que a inclusão é uma cultura e que a legislação não é senão um instrumento desta cultura, não entendemos o que é a Inclusão. A Inclusão é um processo

cultural de transformação, de uma transformação que tem dois sentidos: a ação que se empreende para mudar (no sentido do respeito pela diversidade e pela equidade) e a incidência dessa mudança nas pessoas que a empreendem. Na verdade, modificamo-nos ao modificar! A inclusão é, na sua essência, uma cultura de valores de paz, de diversidade e de abertura ao mundo e aos outros. E quem não entender isto, não há 54, ou 55, que seja bastante. O Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa disse, no Congresso da Pró-Inclusão, em 2017, que “a Inclusão é o Direito dos Direitos” e António Nóvoa, no seminário da Pró-Inclusão, em 2018, disse que “a Inclusão é o Dever dos Deveres”. Sendo tanto um Direito como um Dever, a Inclusão é um valor (o que se poderia designar por “mind set” isto é uma mentalidade) e não um instrumento: é, antes de mais, uma ética e, a partir desta ética, um instrumento para a sua realização. Retomo a citação de Dyson e Ferrel (2007, EJSNE 22,2) quando afirmam que a inclusão é um conceito alargado que gera mais calor que luz e isto é algo que se desenvolve mais nos nossos sistemas internos de crenças e de valores do que na simples exteriorização de estruturas e apoios “formais”.

Num tempo em que tanto nos convida a seguir uma lógica de rentabilidade mercantil, em que a segregação, a xenofobia, a desigualdade e as injustiças parecem não nos dar tréguas, é tempo de pensar em Inclusão. Precisamos que a escola seja um modelo precoce de humanidade, um ambiente onde se tem de semear, com raízes profundas, sementes de respeito por todos os outros, valores de solidariedade e honestidade e a acarinhar a convicção que podemos voltar a imaginar os nossos juntos. Foi juntos e interdependentes que aqui chegamos e é juntos e interdependentes que podemos olhar um futuro mais justo.

Precisamos que a Inclusão faça menos barulho e tenha mais ressonância nos lugares onde vivemos, nos lugares onde queremos que se adquiram valores, nos lugares onde queremos que a desigualdade diminua e a justiça aumente.